MUDANÇAS NO MUNDO RURAL E NAS REPRESENTAÇÕES DO ESPAÇO: O PAPEL DOS SÍTIOS E DOS PARQUES ARQUEOLÓGICOS*

A minha comunicação poderia sub-titular-se: "uma arqueologia em mudança num mundo rural em mudança". De facto, têm-se verificado nos últimos anos importantes transformações na realidade portuguesa, de todos conhecidas, e articuladas também com os efeitos da chamada globalização. A minha intervenção não pretende ser o resultado de um estudo científico – pois como é sabido não sou sociólogo nem especialista de geografia humana – mas (a pedido expresso de colegas da organização) pretendo apresentar a reflexão de um arqueólogo que pensa a sua experiência (de trabalho de campo, em meio dito rural, durante mais de trinta anos) como cidadão. Não poderia eximir-me a um tal desafio, adentro de uma linha de colaboração interdisciplinar que é fundamental praticar, nomeadamente entre os que trabalham na mesma Faculdade.

Toda a gente sabe quanto as tradicionais "fronteiras" entre o rural e o urbano se têm esbatido. Basicamente, os que habitam "no campo" desejam ter acesso aos modos de vida e de consumo antes só disponíveis na cidade; a circulação e informação das pessoas é muito maior (a questão da qualidade é mais discutível), e a predominância dos modelos de comportamento citadinos sobre "os do campo" evidente, quer como realidade, quer como desejo. A televisão e em particular a publicidade têm um enorme poder de difusão de valores e de aspirações.

Ao mesmo tempo, dão-se outros dois fenómenos correlativos. Os da cidade sonham com o campo como o lugar das férias, do lazer, do silêncio, da ausência de stress, e da qualidade de vida (imaginada) que lhes falta onde vivem – tendem, como tradicionalmente todos os citadinos, a consumir "o campo" como um espaço outro, como um intervalo de visita, tanto mais interessante quanto lhes permita uma experiência diferente, se possível única. E aqui as deslocações a sítios arqueológicos, para as populações com maior grau de literacia, tendem a ser importantes. A própria experiência de investigação arqueológica se pode ler a essa luz.

Por seu turno, "os do campo" começam a perceber que, num mundo globalizado, a criação de tradições e de outros "patrimónios" colectivos é essencial à individualização do local, como um certificado de qualidade. É o que atrai os visitantes, permite a comercialização de produtos, coloca as comunidades no mapa e nos circuitos turísticos, produz acontecimentos. Esses acontecimentos ou experiências só ganham se tiverem a marca local, a característica individualizadora,

---

* Resumo da comunicação apresentada ao *2º Congresso de Geografia Rural, "Ruralidades: Teorias e Vivências"*, – FLUP, Janeiro de 2003. Agradeço à minha colega do Departamento de Geografia da FLUP, Prof.ª Doutora Nicole Devy-Vareta, o amável convite para participar nesta reunião interdisciplinar.

se não forem meras reproduções do que se pode ver ou experimentar noutro lado.

Ora, sem acontecimentos não se vê a vida a acontecer, não há pessoas, não há meios para produzir o novo (obsessão da modernidade) e a paisagem, mesmo a "mais bela" (para quem?) é promotora de tédio. Toda uma imensa miscigenação entre representações locais e trans-locais do espaço/tempo se está a elaborar e a reelaborar permanentemente em toda a parte.

As novas gerações do "mundo rural" podem ainda não dispor de muitos arqueólogos (de tantos quantos os que seriam necessários) ou de pessoas interessadas, ou minimamente motivadas, por essas matérias. Mas começam a compreender e a "respeitar" o mundo da arqueologia como um elemento certificador de qualidade e de antiguidade das terras, como um pólo de atracção, como uma fonte de movimento, e portanto de benefício.

Assim, a sinergia dos dois aspectos tende a acentuar-se. Os sítios, os circuitos e os parques arqueológicos – em articulação com museus e outras infra-estruturas – deverão aumentar, pelo menos enquanto os fundos estruturais permitirem ao Estado e às autarquias investir nessa nova forma de capital, o capital cultural.

Na medida em que esse capital deixar de ser apanágio de uma pequena elite, e tender a disseminar-se – a ocupar o espaço público, tornando as realidades arqueológicas consumíveis como outras quaisquer – o discurso académico tradicional terá também de mudar.

Aquilo que dantes era apenas um elemento da "alta cultura" (da investigação e do saber universitários, ou à guarda dos "grandes museus" – se é que em Portugal podemos falar de "grandes museus" no que toca à arqueologia; por exemplo, no Porto, segunda cidade do país, capital da Cultura em 2001, não existe nenhum) passa a ter de se traduzir também noutros discursos e noutros produtos de consumo, voltados para novos públicos. Essa oportunidade pode ser perdida, ou ganha, de acordo com a capacidade dos cidadãos envolvidos neste sector.

Será perdida, se não se conseguir encontrar os discursos, produtos, e modalidades de fruição adequados a diferentes públicos, acentuando-se o fosso entre os que são sujeitos e os que são objectos nesta vivência dos valores arqueológicos e sua "envolvente rural". Será ganha, se os cidadãos conseguirem encontrar diferentes formas de usufruir e de ampliar o espaço de manobra e de afirmação para os valores e bens arqueológicos do país, desde a investigação, até à recepção final por um número crescente de pessoas. Trata-se de instituir um sistema até certo ponto auto-sustentado, embora sempre carecido de um enquadramento por parte das entidades da tutela e das autarquias locais.

Neste campo, porém, têm faltado orientações claras, tanto por parte das entidades centrais (nomeadamente, Instituto Português de Arqueologia, que nasceu em 1997 de acordo com um modelo um pouco frágil, e cuja fusão com o IPPAR foi anunciada em 2002, não se sabendo ainda o que daí irá resultar), como por parte dos próprios arqueólogos, faltando uma reflexão desapaixonada, desfulanizada, nacional, sobre o que se pretende para a nossa arqueologia, muito para além das reivindicações corporativas, das "clientelas" estabelecidas em torno de certas figuras ou instituições, das ambições de protagonismo, ou dos rendimentos a curto prazo por parte da actividade empresarial.

Porto, Janeiro 2003.
Vítor Oliveira Jorge